

A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER NO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Gilmar Tordin

Resumo

Trata de uma pesquisa que analisa a formação profissional do educador social, no Programa Esporte e Lazer da Cidade, implementado pelo Ministério do Esporte, em Porto Alegre. Objetiva compreender como os conceitos socializados nas formações, impactam a prática pedagógica do educador. A revisão da literatura procura compreender a Política Pública de esporte e lazer e a formação continuada do educador, em uma perspectiva crítica. A metodologia utilizada será a análise de documentos e a entrevista semi-estruturada. Preliminarmente, a análise inicial ressalta a importância da formação deste educador, como protagonista em uma mudança de concepção de esporte e lazer.

Palavras-chave: Política pública, formação profissional, educador social, esporte e lazer.

Resumen

La investigación trata de analizar la formación profesional del educador social, en el Programa Deporte y Ocio de la Ciudad, implementado por el Ministerio del Deporte, en Porto Alegre. Objetiva comprender cómo los conceptos socializados en las formaciones, afectan la práctica pedagógica del educador. La revisión de la literatura busca comprender la Política Pública de deporte y ocio y la formación continua del educador, en una perspectiva crítica. La metodología utilizada será el análisis de documentos y la entrevista semiestructurada. De forma preliminar, el análisis inicial resalta la importancia de la formación de este educador, como protagonista en un cambio de concepción a respecto de deporte y ocio.

Palabras clave: Política Pública, formación profesional, educador social, deporte y ocio.

Abstract

This is a research organization that analyzes the social educator professional training, sport and leisure programme, implemented by the Ministry of sport, in Porto Alegre. Aims to understand how the formations socialized concepts, impact the pedagogical practice of educator. The literature review seeks to understand the public policy of sport and leisure and continued training of educator, in a critical perspective. The methodology used will be the examination of documents and the semi-structured interview. Preliminarily, initial analysis underscores the importance of training this educator, as protagonist in a changing conception of sport and leisure.

Keywords: public Policy, vocational training, social educator, sport and leisure.

INTRODUÇÃO

Este trabalho origina-se de um Projeto de Pesquisa que tem o propósito de apresentar as motivações pessoais, tanto profissionais quanto epistemológicas, na procura de compreensão de inquietações e de dúvidas a respeito da minha trajetória de longo tempo, como educador, e, mais recentemente, como formador do Ministério do Esporte (ME), no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Além disso, pretendo conhecer com certa profundidade a formação profissional dos “agentes sociais” de esporte e lazer do PELC¹ Esta denominação é dada pelo ME a todos profissionais

¹ Brasil-Ministério do Esporte (2010).

envolvidos com o programa. Pela abrangência da sua atuação (técnica, política e social), os considerarei “Educadores Sociais” de Esporte e Lazer (EduSEL).

Este estudo é uma possibilidade de começar a concretizar as minhas reflexões sobre a formação do educador e as atividades de formação em ambiente não escolar, em esporte e lazer, e as Políticas Públicas que articulam essas práticas sociais.

Outra preocupação trata da relevância desta investigação. Minha expectativa é que os resultados deste trabalho possam auxiliar no processo de qualificação das formações do PELC, num primeiro momento, e que, também, possam contribuir com outros segmentos da esfera pública que formam educadores sociais.

Para a apresentação do problema de pesquisa e as suas possibilidades de investigação, apresento-me como sujeito ativo neste caminho. Descrevo parte da minha trajetória profissional como educador social, na recreação pública, em Porto Alegre/RS e minha relação com o PELC enquanto formador e parte de todo o processo. Com isto me situo e procuro deixar mais evidente de onde vim, onde estou e o que me motiva na procura de compreensões referentes às questões da pesquisa.

A experiência de 23 anos como educador e funcionário público da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre (SME), foi determinante na escolha deste tema – Política Pública em esporte e lazer, com um olhar sobre a função social da política.

Paralelamente ao trabalho na SME, a partir de 2006 passei a integrar o grupo de Formadores² do PELC. A partir deste momento me deparei com novos desafios e inquietudes. Desafios que vão para além do convívio e da interlocução com a comunidade e colegas de trabalho. Passei a dialogar com outros personagens, outros educadores, os “agentes sociais” de esporte e lazer, os quais desconheço suas origens, suas trajetórias pessoais. Foi para este público que dirigi as minhas convicções, as minhas reflexões, sem deixar de lado, os princípios e as diretrizes pedagógicas norteadoras que o ME aponta para o PELC (BRASIL, 2008).

A reflexão que faço sobre o PELC e meu envolvimento com esse programa social, como diz Saviani (1989), possibilita delimitar um problema (objeto de pesquisa), ou seja, um fenômeno social a ser investigado, contribuindo para “sair do senso comum” e andar para um caminho mais crítico e reflexivo.

Outro aspecto importante na investigação científica é o seu ‘caráter emancipador’, como dizem Molina Neto e Triviños (2004, p. 09), porque oportuniza ao professor/investigador a produção de conhecimento a partir da sua prática de forma sistematizada, com embasamento científico e autonomia pedagógica e técnica para outras investigações.

É com esta intenção que busco o caminho da investigação científica, como uma necessidade de crescimento como educador e para poder produzir conhecimento sistematizado que colabore com outros educadores, porque partilho do pensamento de Freire (2007), que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho”, nos educamos, nos construímos e, acrescento, produzimos conhecimento científico (pesquisador e colaborador) em comunhão.

Do mesmo modo, tenho a preocupação de estabelecer um estranhamento necessário às preocupações, a análise do problema e às questões da pesquisa. Como me distanciar e estabelecer um olhar ‘de fora’ do PELC, mesmo fazendo parte desse

² A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL) institui o Sistema de Formação do Programa Esporte e lazer da Cidade do qual faz parte o processo de cadastramento e seleção do grupo de formadores (BRASIL-MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

processo? Este será talvez um dos desafios a serem superados neste processo de pesquisa.

Na atuação como formador do PELC comecei a perceber a preocupação dos Educadores Sociais de Esporte e Lazer (EduSEL), quando se manifestavam já ao final de alguma atividade de formação (32 horas) em que diziam: “agora entendi o que é o PELC, como desenvolver o esporte, que não é competição. Que as atividades devem ser recreativas, e que muitas outras ‘coisas’ podem ser feitas”. É possível perceber nesse relato, de forma preliminar, que algo novo ocorreu no entendimento do EduSEL sobre o esporte, como se, de alguma forma, “quebrasse” uma lógica já estabelecida. Penso que um novo paradigma é apresentado para este sujeito, o educador social, a respeito do lazer. Nesse sentido, o lazer não é só o esporte praticado de forma recreativa, pode ser entendido como uma manifestação do lazer dentre outras possibilidades, consideradas por Marcellino (2010, p. 36) “[...] *como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”* combinando os aspectos *tempo e atitude* [...]” [grifo do autor]. Neste caso, o *tempo* disponível que não inclui as obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, ou seja, o tempo livre de coações ou normas de conduta social. E, *atitude* entendida como a relação entre o sujeito e a experiência vivida, que pode ser pautada na satisfação pessoal deste sujeito.

Para efeitos da formação pedagógica dos educadores sociais, além do conceito de lazer é importante entender o duplo aspecto educativo do lazer, como destaca Marcellino (2010), “[...] a *educação para o lazer e educação pelo lazer*, que, no entanto, não aprofundarei neste momento.

Sublinho que na perspectiva dialógica entender o que pensam e no que acreditam os educadores sociais sobre educação, esporte e lazer, dentre outros temas, é fundamental para o desenvolvimento de uma ação educativa com intencionalidade de transformação, no seu campo de atuação.

Para focalizar o estudo foram definidos como objetivos centrais: **Compreender como os educadores sociais de esporte e lazer do PELC entendem seus objetivos, seus princípios, e suas diretrizes; Compreender de que forma os conceitos socializados nas formações impactam a sua prática pedagógica.**

UM POUCO DA HISTÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA

Ao fazer uma revisão histórica sobre as Políticas Públicas e os fundadores considerados os “pais” desta área, (SOUZA, 2006, p. 03), identifica na década de 1930 a expressão *policy analysis* (análise de política pública), aproximando interesses e estabelecendo diálogos entre os governos, os cientistas sociais e os grupos de interesses. Na década de 1950, aparece o conceito de ‘racionalidade limitada dos decisores públicos’ (*policy makers*), que identifica que estes decisores públicos são limitados por problemas de desinformações, tempo de tomada de decisões, auto-interesses dos que decidem, dentre outros elementos. Nos anos de 1960 adveio a definição de Política Pública, como um sistema que se relaciona com a formulação, os resultados e o ambiente, e que recebe influências da opinião pública, dos diferentes grupos de interesses, da mídia e que acabam interferindo nas causas e nos efeitos dos seus resultados.

Outras definições destacam na Política Pública o caminho para a solução de problemas sociais. No entanto, há uma crítica sobre estas definições porque concentram o foco apenas no papel dos governos, e ignoram os limites e os conflitos destes governos, bem como as outras possibilidades que são as articulações com outros setores da sociedade civil e diferentes grupos sociais. Citando Souza (2006, p. 04): “A

formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Esta conceituação consolida uma compreensão de que a Política Pública é toda ação pública, em qualquer nível, formada por um conjunto de medidas concretas e que apresentam visibilidade, que pode ser constituída de recursos financeiros, intelectuais, reguladores e materiais (MULLER e SUREL, 2002, p. 14).

Para Pereira-Pereira (2009) existem duas interpretações, as mais difundidas, sobre a Política Pública; uma em que destaca a ação do Estado como elaborador único destas políticas. Neste caso o *público* é confundido como *estatal*. E outra que estabelece a relação dialeticamente contraditória entre o Estado e a sociedade. Dessa forma estabelecendo que Política Pública não seja exclusividade do Estado, mas a construção entre o Estado e a sociedade, portanto, a expressão *público* é muito mais democrático e abrangente do que o termo *estatal*.

A Política Pública, na qual compartilho com seus pressupostos, é aquela em que o termo público se refere a todos, não apenas ao Estado, ou a grupos específicos e até mesmo de interesses individuais. O caráter público deve ser dado a partir de algumas características: (1) ter uma linha de orientação, sob a responsabilidade pública e o controle da sociedade; (2) concretização de direitos sociais conquistados pela sociedade, que são materializados em programas, projetos e serviços; (3) guiar-se pelo interesse público, e não pelo particular; e, (4) visar à satisfação das respostas sociais em detrimento do econômico.

POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER

Em 2003, com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Governo Federal manifesta uma forte preocupação na elaboração e na implementação de Políticas Públicas voltadas para o social. Uma das ações concretas definidas por este Governo foi a criação do ME, e a implantação de programas de esporte e lazer, para o atendimento da população das periferias das cidades brasileiras.

Como materialização para orientação política do ME, em 2005 foi publicado a “Política Nacional do Esporte”, com o título de apresentação: “Esporte uma questão de Estado”. Neste programa, o Presidente Lula aponta em que direção o País vai procurar seguir, a partir deste momento histórico, em relação às políticas de esporte e lazer.

A primeira decisão, e talvez a mais importante, foi a criação do ME e o direcionamento do esporte e do lazer, com foco na inclusão social. Tendo a missão de: “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento Nacional e humano” (BRASIL, 2004, p. 09). A segunda, não menos importante, aponta para a construção da Política Nacional de esporte e lazer, alicerçada no debate nacional oriundo da 1ª Conferência Nacional do Esporte (BRASIL, 2004).

Com a criação do ME e as ações decorrentes deste novo Ministério, o Governo passa a tratar o “esporte como uma questão de Estado”, procurando consolidar o preceito constitucional do esporte e lazer como direitos de todo o cidadão. No texto constitucional, o esporte é assim referenciado: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais; como direito de cada um [...]” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 217).

No texto da Política Nacional do esporte encontramos a seguinte afirmação:

A Constituição Cidadã de 1988, ao inserir no seu texto, de forma inédita, deveres do Estado no que concerne à afirmação do Esporte e Lazer como direitos, assim como na sua perspectiva emancipatória, defendem um conceito de cidadania que inclui, necessariamente, o direito a essas práticas sociais e exige o protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação. (BRASIL, 2005, p. 110).

Neste documento fica expressa a intenção de inclusão do lazer na abrangência do ME. Afirma o direito de todos os cidadãos às práticas esportivas que terão caráter social. E manifesta a sua responsabilidade no sentido de garantir à população o acesso às Políticas Públicas de esporte e lazer.

A atual política do ME considera que ‘o esporte é condição essencial para o desenvolvimento humano’ (BRASIL, 2005). No entanto, a população, principalmente, as que compõem as camadas sociais de baixa renda, normalmente são as que têm mais dificuldade de acesso ao esporte e lazer.

Com esta preocupação o ME elaborou diversos Programas para atender esta demanda, como o *Vida Saudável*, o *PELC/PRONASCI* (BRASIL, 2008) e o *PELC Todas as Idades*. Tais Programas são voltados para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e de acesso universal. Para este trabalho, neste momento, abordarei exclusivamente apenas o *PELC Todas as Idades*.

PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

O PELC é uma ação estratégica da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), do ME, que teve início no ano de em 2003 (CASTELLANI FILHO, 2007), com o objetivo principal de suprir a carência de Políticas Públicas e sociais que atendam as demandas da população pelo esporte recreativo e de lazer, procurando dar materialidade ao compromisso social do Ministério. Este programa dirige-se para a afirmação do esporte e lazer como direitos sociais, portanto, como Política Pública, no sentido de garantir o acesso da população às ações de esporte e lazer para todos os segmentos etários indistintamente.

Este programa tem o propósito de desenvolver o esporte não apenas como uma prática de *performance*, ou para aqueles que já tiveram a oportunidade do aprendizado do gesto esportivo, mas, também, procura atender todos os interessados, independentes de serem hábeis ou não. O programa pretende instalar uma nova cultura de esporte e lazer, não se limitando apenas à prática das modalidades esportivas tradicionais e oficialmente constituídas, mas transpor em outras práticas esportivas, considerando a cultura local e avançar para novas manifestações corporais. Para tanto, procura aproximar o esporte e o jogo, e favorecer o desenvolvimento cultural da população para hábitos de vida saudável. Do mesmo modo, para o ME a prática do esporte recreativo tem a finalidade de estar inserido na Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2006) e em outras políticas setoriais do Governo Federal.

A SNDEL preocupada em dar sustentação a esta Política Pública distribuiu ações estruturantes para qualificar a execução: financiamento para aquisição de material esportivo e de lazer, financiamento para contratação de educadores sociais para atuarem nas comunidades, e financiamento para qualificação destes educadores através de

formações continuadas, ministradas pelos formadores da SNDEL, que também participam de encontros de preparação e aperfeiçoamento sob a orientação do ME.

Ao definir e apresentar à sociedade brasileira as linhas políticas, expressas na forma de princípios e objetivos, o ME afirma a vontade política deste Governo em tratar e direcionar o esporte como uma política social atenta à democratização, quando elege a inclusão social como núcleo central das suas ações e quando indica a democratização, não somente do acesso, mas igualmente da gestão e no gerenciamento das ações.

Nesse sentido, a formação dos Educadores sociais de esporte e lazer passa a ter importância estratégica, e no meu entendimento, fundamental para viabilização desta política social.

EDUCADORES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER: FORMAÇÃO CONTÍNUA E PERMANENTE

O educador social de esporte e lazer é o protagonista do PELC. É o responsável pela elaboração e efetivação das ações. A SNDEL define os educadores como agentes sociais de esporte e lazer (BRASIL, 2008) e inclui todos os sujeitos envolvidos no programa com a responsabilidade de gestão e/ou educador, contratados ou não pelo ME (coordenador geral e técnico, gestores, professores de Educação Física, educadores populares e comunitários, e demais profissionais de áreas afins ao lazer). Para este estudo, como referi anteriormente, denominarei-os de Educadores Sociais de Esporte e Lazer (EduSEL).

A prioridade para definição dos educadores é o de atender as características e realidades locais. O ME sugere que em locais de fácil acesso à formação superior, sejam selecionados estudantes e/ou professores de Educação Física, sem desconsiderar as lideranças comunitárias que desenvolvem atividades nas comunidades a serem atendidas.

Há uma forte preocupação com a formação deste educador social. A ele é conferida a responsabilidade de fazer chegar à população as ações representativas desta política pública. Reside nesta premissa a importância da formação, da preparação e do acompanhamento do educador, como ação estratégica para viabilizar e consolidar, na concretude, esta Política Pública de esporte e lazer.

Ao se referir sobre a formação do professor de Educação Física, (GÜNTHER, 2006) inicia a discussão fazendo uma análise da Formação Inicial, considerada aquela que ocorre nos cursos de Graduação. Outros autores pesquisaram e analisaram a Formação Continuada, a que ocorre após a Graduação, mediante cursos de formação, palestras e seminários (ROSA CRISTINO e KRUG, 2008; HERNÁNDEZ, 2004; GÜNTHER, 2006).

Penso ser importante destacar, a partir das considerações destes autores, que a qualidade da formação, tanto inicial, quanto permanente, independente do estágio da construção da vida profissional do professor é fundamental para garantir uma boa qualidade de ensino. Para Hernández (2004, p. 45), “não há dúvida que a formação do professor é um fator essencial da qualidade da educação”. Este autor enfatiza, também, a importância da pesquisa sobre a formação docente, para compreender o processo educativo. Salienta, no entanto, que não há evidências da relação entre o que é desenvolvido nas formações e a efetiva aprendizagem dos professores. Já Rosa Cristino

e Krug (2008) apontam a formação como elemento que pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores.

O questionamento destacado por Hernández (2004) trata de refletir sobre em que medida a formação docente é responsável por mudanças nas práticas educativas e qual o grau de transferência dessa formação para a docência. Nesse sentido, as formações podem ter significados diferentes para os professores, dependendo de diversos elementos, por exemplo: aprendizagens anteriores, Formação Inicial, participação em outras formações. Outro aspecto, não menos importante, é a disponibilidade para a aprendizagem.

Também é necessário considerar o nível de aprendizagem e que concepções político-pedagógicas os professores construíram anteriores às formações, e que o fato de reconhecerem ou entrarem em contato com outras formações, não significa, diretamente, uma mudança de atitudes pedagógicas, e, mais ainda, de concepção de vida e de sociedade.

Outro ponto, que na maioria das vezes, é desconsiderado em uma formação, é a trajetória pessoal do educador, suas aprendizagens e seus saberes que são construídos paralelamente com a sua vida profissional. No entanto, estes não podem e não devem ser negligenciados, mesmo considerando que muitas vezes o educador tem uma visão dicotômica entre “teoria e prática” e, em algumas vezes, o que prevalece é a “visão prática” de seu saber (HERNÁNDEZ, 2004).

Penso que este é um desafio a ser enfrentado e uma prática a ser questionada na perspectiva da construção de caminhos para o surgimento de educadores críticos e reflexivos, que assumam a responsabilidade de seu crescimento profissional e que sejam protagonistas na implementação de Políticas Públicas de esporte e lazer. Nas palavras de Rosa Cristino e Krug (2008):

A abordagem crítico-reflexivo é uma importante oportunidade para se consolidar o reconhecimento da importância do educador e seu processo de profissionalização como variável decisiva para a compreensão do fenômeno educativo. A integração entre as práticas pedagógicas, os conhecimentos teóricos e a reflexão são capazes de constituir atividades docentes mais coerentes e críticas (p. 78).

É possível perceber que mesmo não tendo as garantias de que os conteúdos de uma formação serão bem compreendidos pelos educadores, conforme destacam os autores citados anteriormente, não se pode desconsiderar a importância da formação, pois é necessária para articular os discursos e para que seja entendido o propósito político-pedagógico, neste caso, do PELC.

Saliento que, no meu entendimento, do Educador Social de Esporte e Lazer dependerá o sucesso do PELC. Penso que passa por este educador a articulação com a comunidade, a socialização dos conteúdos da cultura corporal e a construção de conceitos de valores como respeito, ética, participação popular e inclusão social.

Para além da formação que está inserida num tempo e num espaço, neste caso, durante a vigência do programa, outro propósito do PELC, segundo o ME, é que estas formações qualifiquem educadores sociais, nos diferentes municípios, para que estes possam ter conhecimento e capacidade de análise crítica e reflexiva sobre Políticas Públicas de esporte e lazer, se preparando para implementação de projetos e programas nas suas comunidades.

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A partir das preocupações e dos interesses de investigação apresentados até o momento, formulei o seguinte problema de pesquisa:

Como os conceitos socializados nas formações do PELC são compreendidos pelos educadores sociais de esporte e lazer e de que forma impactam a sua prática pedagógica?

Para tanto, apresento as questões orientadoras que auxiliarão no processo de pesquisa:

- Como os educadores sociais compreendem os princípios, as diretrizes e os objetivos do PELC trabalhados nas formações?
- De que modo os princípios, as diretrizes e os objetivos do PELC trabalhados nas formações contribuem para uma ação transformadora junto às comunidades?
- As formações do PELC se constituem em espaços de ação-reflexão para a prática dos educadores?
- Como os conceitos, as discussões, as reflexões e as práticas desenvolvidas nas formações interferem no modo de pensar e de agir do educador em sua prática pedagógica?

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO E DECISÕES METODOLÓGICAS

Ao se decidir por uma linha de pesquisa, e neste caso, a pesquisa qualitativa de caráter social, não apenas se decide por um método de investigação científica, mas por uma postura diante do mundo. A postura de que não existe apenas uma verdade sobre um determinado fenômeno social, mas, “muitas verdades”, dependem do olhar que se estabelece sobre o fenômeno a ser estudado, considerando o momento histórico e social vivido.

Outro aspecto que merece destaque é a figura do pesquisador como ‘instrumento-chave’ da investigação, ou seja, parte da sua capacidade de descrição e de análise interpretativa, o resultado final. Triviños (2009) destaca que o pesquisador não deve se preocupar apenas com o resultado final da pesquisa, mas com todo o processo da investigação.

Dessa forma, este será um estudo prospectivo, descritivo e explicativo de caráter qualitativo, com coleta de dados através de entrevista semi-estruturada e análise de documentos. Os documentos a serem analisados na pesquisa serão os produzidos pelos diferentes segmentos envolvidos no PELC. As entrevistas serão realizadas com os formadores, a coordenação nacional e coordenação geral do PELC – Porto Alegre, coordenadores de núcleos e os educadores sociais.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

A partir das leituras realizadas até o momento objetivando a revisão de literatura sobre a temática da pesquisa e a formação de educadores sociais, foi possível observar, de forma preliminar, a importância da formação deste sujeito. Nesse sentido, Isayama (2003) destaca a importância de repensar o processo de atuação do educador social que atua no lazer, na maioria das vezes visto como “fácil” e “gostoso” de ser realizado. Essa forma de “olhar” o educador social, em sua grande maioria, pode desconsiderar a necessidade de fundamentos técnicos, pedagógicos políticos e sociais que fazem parte do trabalho desse sujeito.

Contribuindo com essa reflexão, Marcellino (2003, p. 16), sugere que um “educador para trabalhar com o lazer, deve ter uma visão interdisciplinar deste campo,

entendimento do lazer, [...] sólida cultura geral, [...] compromisso com a mudança, [...] em uma perspectiva democratizada”. E Melo e Alves Junior (2003, p. 77), criticam “a compreensão equivocada de que atuar na área do lazer é fácil e de que qualquer um pode assumir tal função, bastando apenas ser divertido”. Ao mesmo tempo, estes autores destacam a necessidade da formação de um educador social com sólida fundamentação teórica sobre o lazer, a cultura e demais temas relacionados a este campo.

Em outro estudo, Marcellino (2008), enfatiza a necessidade de uma política de formação profissional, em esporte e lazer, e a qualifica como um dos pilares sustentadores de uma política geral de esporte e lazer. Quando se refere ao profissional de lazer é contundente na afirmação deste sujeito como educador, no sentido mais amplo da palavra, como o sujeito que tem a possibilidade de protagonizar momentos de mudanças, em uma nova relação social entre os homens.

Para finalizar, destaco a relevância estratégica da formação profissional para implementação de programas de esporte e lazer com uma perspectiva de mudança de conceitos e com possibilidade de transformação da sociedade. Reitero que é na comunhão com estas formulações que compreendo uma Política Pública de esporte e lazer, alicerçada na possibilidade de acesso Universal e com uma proposta político-pedagógica inclusiva e democratizante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *1ª Conferência Nacional do Esporte*. Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano: Documento Final. ME. Brasília, 2004.

BRASIL. *Política Nacional do Esporte. Resolução nº 05/Conselho Nacional do Esporte*. ME. Brasília, 2005.

BRASIL. *Ministério da Saúde*. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PoliticaNacionalPromocaoSaude.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

BRASIL. *Caderno de Apresentação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI*. Ministério da Justiça. 3ed. Brasília, 2008.

BRASIL. *Programa de Formação dos Agentes Sociais de Esporte e Lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade*. SNDEL/DPSEL – ME, 2008. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/sistemaFormacaoAgentesSociais.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

BRASIL. *Constituição Federal – CF – 1988* – D.O. de 05/10/1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jul. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. Disponível em:

(<<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>>) Acesso em 29 jun. 2010.

CASTELLANI FILHO, L. (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. . Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GÜNTHER, M. C. C. *A prática pedagógica dos professores de educação física e o currículo organizado por ciclos: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano), Escola de Educação Física, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HERNÁNDEZ, F. A formação do professorado e a investigação sobre a aprendizagem dos docentes. In: MOLINA NETO, V. ; TRIVIÑOS, A. N. S. (Org.). *A Pesquisa Qualitativa na Educação Física*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004. p. 45-59.

ISAYAMA, H. F. O Profissional da Educação Física como Intelectual: Atuação no âmbito do Lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte*. Campinas, SP: Papirus, 2003. P. 59-80.

MARCELLINO, N. C. A Formação e o Desenvolvimento de Pessoal em Políticas Públicas de Lazer e Esporte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte*. Campinas, SP: Papirus, 2003. P. 09-19.

MARCELLINO, N. C. Políticas de Lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas Públicas de Lazer*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p. 21-42.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e Educação*. 15ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

MELO, V. A. de; ALVES JUNIOR, E. de D. *Introdução ao Lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (Org.). *A Pesquisa Qualitativa na Educação Física*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004.

MULLER, P.; SUREL, Y. *A Análise das Políticas Públicas*. Pelotas/RS: EDUCAT, 2002.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (Org.). *A Pesquisa Qualitativa na Educação Física*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2004, p. 61-93.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.R.; SANTOS, S.M.de M. dos; MIOTO, Regina C. T. (Orgs.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. 2ed. São Paulo/SP: Cortez, 2009. p. 87-108.

ROSA CRISTINO, A. P. da; KRUG, H. N. Um Olhar Crítico-Reflexivo Sobre a Formação Continuada de Professores de Educação Física da Rede Municipal de Santa Maria (RS). *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, jan./abr., 2008, p. 63-84.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 9.ed. São Paulo: Autores Associados, 1989.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, jul./dez., 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 13 abr. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1.ed. – 18. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

CONTATO:

Gilmar Tondin

Av. Sem. Salgado Filho, 6614

Condomínio Cantegril - III

CEP: 94450-903

VIAMÃO – RS

e-mail: tondin.gilmar@gmail.com